

A DHN NA TRANSIÇÃO DE SEDE:

a mudança histórica da Sede da Ilha Fiscal à Ponta da Armação, e seus impactos institucionais

Jaimeson Francisco da Silva *

A CONSTRUÇÃO DO CASTELO DA ILHA FISCAL

Localizada na Baía de Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro, a Ilha Fiscal ocupa posição estratégica na entrada da Barra, de onde era possível fiscalizar o intenso movimento do porto da então capital do Império. Seu nome decorre da instalação do posto da Guarda Fiscal, vinculado ao Ministério da Fazenda, responsável pelo controle aduaneiro da região. Antes disso, contudo, a ilha era conhecida como “Ilha dos Ratos”, em razão da grande presença de roedores no local.

Durante visita à Alfândega, o Imperador Dom Pedro II manifestou o desejo de conhecer a Ilha. Acompanhado pelo engenheiro Adolpho José Del-Vecchio, teria declarado: “isto é um delicado estojo digno de uma brilhante joia”. Inspirado por essa impressão, determinou a construção de um pequeno castelo em estilo neogótico, concluído em abril de 1889 e inaugurado com sua presença.

Em 9 de novembro de 1889, a Ilha Fiscal foi palco de um baile oferecido à oficialidade do encouraçado chileno “Almirante Cochrane”. O evento entrou para a história como o “Último Baile do Império”, por ter ocorrido apenas seis dias antes da Proclamação da República. Desde então, a Ilha Fiscal consolidou-se como símbolo marcante do período imperial e da transição que conduziu o Brasil ao regime republicano.

A ILHA FISCAL: SEDE HISTÓRICA DA REPARTIÇÃO HYDROGRAPHICA

Em 9 de setembro de 1913, o então Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino Faria de Alencar, promoveu a permuta do navio a vapor “Andrade”, já fora de serviço, pela Ilha Fiscal, junto ao Ministério da Fazenda. A iniciativa atendeu à necessidade de instalar na Ilha a Sede da Superintendência de Portos e Costas, fortalecendo a fiscalização do Porto do Rio de Janeiro e criando um espaço adequado



para o armazenamento de Cartas Náuticas, cronômetros e outros materiais náuticos.

À época, o Serviço Hidrográfico Brasileiro enfrentava limitações significativas, tanto em recursos humanos especializados quanto em meios materiais e instalações apropriadas para o desempenho de suas atribuições. Nesse contexto, em 1914, a antiga Repartição Hydrographica, depois Repartição da Carta Marítima, e então Superintendência de Navegação foi transferida para a Ilha Fiscal, deixando o casarão da Rua Dom Manuel nº 5, que abrigara esse Serviço por várias décadas.

Em 1923, foi denominada Diretoria de Navegação e, posteriormente, em 1946, recebeu a designação de Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN).

A MODERNA DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO

A Diretoria de Hidrografia e Navegação passou por constantes alterações em suas atividades. As mudanças nos Regulamentos da DHN, as quais ocorriam por Decretos, se tornaram evidentes a partir de 1947. De fato, neste período, também ocorreu de forma constante o aumento das atividades hidrográficas, estabelecendo assim uma tendência natural da DHN em ocupar novos espaços físicos - o que não era possível na Ilha Fiscal.

Referindo-se ao Serviço de Auxílios à Navegação, o Capitão de Mar e Guerra Ney Dantas afirma que *“o útil e agradável seria que o ‘pacote’ de Sinalização Náutica, recém-recebido da Diretoria de Comunicações, fosse instalado alhures”*. Pela necessidade de maior espaço, o novo Departamento de Sinalização teve que ocupar instalações na Base Almirante Moraes Rego, localizada em Mocanguê Grande, na conhecida Ilha de Mocanguê, que então passou por reformas no refeitório da guarnição, alojamento, cozinha, depósito, salão de recreio e Departamento de Saúde. Reunir o Serviço de Auxílios à Navegação a cargo da DHN, utilizando instalações da Base Almirante Moraes Rego, cuja denominação data de 1946, foi oportuno, visto que pelo regimento interno da DHN de 1947 o Chefe do Departamento de Sinalização Náutica seria também o Comandante da Base Almirante Moraes Rego.

As alterações nos Regulamentos se tornaram mais significativas a partir de 1966, pois o regula-

mento daquele ano estabelecia a DHN como órgão que tinha por finalidade planejar, dirigir, coordenar e controlar as atividades técnicas e administrativas relacionadas com os serviços de hidrografia, navegação, sinalização náutica e geofísica, e com o material especializado a eles referente.

Em 1970, o regulamento da DHN acrescentou as responsabilidades atinentes às atividades técnicas relacionadas com os serviços de oceanografia, meteorologia e outras ciências, geofísicas e sinalização náutica, e com o material especializado a eles referente.

Em 24 de fevereiro de 1972, o Decreto nº 70.200 acrescentava dois itens ao regulamento da DHN de 1970: estabeleceu à Diretoria a atribuição de proceder à supervisão, à orientação, à pesquisa e ao desenvolvimento das atividades concernentes à meteorologia marítima; e, também, desenvolver atividades no campo da Aeronomia - ciência que estuda os fenômenos físicos que se produzem na alta atmosfera, dentro da competência do Ministério da Marinha.

Em 13 de maio de 1974, o Decreto nº 74.055 aprovou o Regulamento da Diretoria de Hidrografia e Navegação, consolidando-a como órgão integrante do sistema de apoio da Marinha do Brasil, responsável pelas funções logísticas pertinentes à sua área de atuação. Estabeleceu, ainda, como sua finalidade planejar, dirigir, coordenar e controlar as atividades administrativas e técnicas relacionadas aos serviços de hidrografia, navegação, oceanografia, meteorologia, geofísica, sinalização náutica e demais ciências afins, bem como ao material especializado a elas vinculado.

INÍCIO DAS ATIVIDADES DA DHN NA PONTA DA ARMAÇÃO

Em 1983, a Ilha Fiscal, que durante cerca de sete décadas sediara a Repartição Hydrographica, já não comportava o conjunto de atividades que passaram a constituir atribuições da Diretoria de Hidrografia e Navegação. Diante da ampliação de suas competências, tornou-se necessária a transferência para as atuais instalações no Complexo Naval da Ponta da Armação, em Niterói. À época, encontrava-se no cargo de Ministro da Marinha o Almirante de Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, renomado Hidrógrafo.

Com a extinção do Centro de Armamento da Marinha (CAM), que então ocupava as instalações da Ponta da Armação, em 1978, foram iniciadas as obras de adaptação e adequação do complexo para ser a nova Sede da DHN.

Três dessas edificações, em particular, remontam ao período da caça à baleia na época do Brasil Colônia. Construídas com técnica de engenharia que utilizava óleo de baleia misturado à cal e à areia para argamassa das pedras, destacam-se pela notável durabilidade. Atualmente, esses prédios correspondem à Casa D'Armas do Complexo Naval da Ponta da Armação (CNPA), à Praça D'Armas e ao edifício contíguo à Praça D'Armas — onde hoje funcionam, no pavimento térreo, a Padaria da Base de Hidrografia da Marinha em Niterói (BHMN) e, no pavimento superior, a cozinha da Praça D'Armas.

Em 2 de fevereiro de 1983, ocorreu a cerimônia de início das atividades da DHN na Ponta da Armação, a qual celebrou a mudança de Sede da histórica Ilha Fiscal para a Ponta da Armação. As instalações a serem utilizadas foram mantidas, preservando a importância histórica de sua construção; instalações estas que já haviam abrigado a Diretoria de Armamentos da Marinha (DAM) e o Centro de Armamento da Marinha (CAM). Estiveram presentes na cerimônia diversas autoridades, com destaque para o Ministro da Marinha: Almirante de Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, e o Almirante de Esquadra Paulo de Bonoso Duarte Pinto, então Diretor-Geral de Navegação marcando de forma indelével a cerimônia.

Em sua Ordem do Dia, relativa à cerimônia de início das atividades da DHN na Ponta da Arma-



Inauguração da nova Sede no Complexo Naval da Ponta da Armação. Na foto, o Diretor de Hidrografia e Navegação, Almirante Valbert Lisieux Medeiros de Figueiredo, o Ministro da Marinha, Almirante Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, e o Diretor-Geral de Navegação, Almirante Paulo de Bonoso Duarte Pinto

ção, o Contra-Almirante Valbert Lisieux Medeiros de Figueiredo, Diretor de Hidrografia e Navegação, assim concluiu:

“Pelo sacrifício anônimo, pela dedicação silenciosa, pela constância desinteressada, pelo sincero amor ao trabalho que construiu no tempo, pedra a pedra, a nossa Repartição Hydrographica, podemos afirmar: ESTA CHAMA JAMAIS SE EXTINGUIRÁ”.

***Hidrografia! Hidrografia!
"Restará sempre muito o que fazer..."*** ■

REFERÊNCIAS

- Diretoria de Hidrografia e Navegação. Ilha Fiscal: sede da Diretoria de Hidrografia e Navegação. DHN 2005.
- Fernandes, Maria Augusta Evang. A DHN e o Casario Histórico da Ponta da Armação, Diretoria de Hidrografia e Navegação, 2002.
- Dantas, Ney. A História da Sinalização Náutica Brasileira breves memórias. Rio de Janeiro FUNDAÇÃO DE ESTUDOS DO MAR – FEMAR 2000.
- Livro de Estabelecimento da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) 1983.
- <https://www.camara.leg.br/legislacao>
- <https://www.arquivodamarinha.dphdm.mar.mil.br/index.php/diretoria-de-hidrografia-e-navegacao>

* Capitão-Tenente (AA), Assessor para o Programa Netuno da Base de Hidrografia da Marinha em Niterói

